

**Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica**  
Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**PROCURAÇÃO AD JUDITIA**

OUTORGANTE: <u>José Milton Cardoso de Almeida</u>		
Nacionalidade: <u>Brasileira</u>	Estado Civil: <u>Casado</u>	Profissão: <u>Vigilante</u>
RG nº: <u>1103329 SSP-PI</u>	CPF/MF nº: <u>423.760.833-53</u>	
Endereço: <u>Ribeirão Mucum - Zona Rural Teresina - Piauí</u> <u>Cep: 64069-990</u>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)

RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI

CPF/MF nº: 023.365.163-22

CPF/MF nº: 703.754.703-44

Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.

Endereço Profissional Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI  
(CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por Invalidez Permanente Advindos por Acidente de Trânsito

Teresina - PI, 07 de Janeiro de 2010.

José Milton Cardoso de Almeida

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1235118318

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1235118318

NOME  
JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA  
1103329 SSP PI

CPF  
432.760.833-53

DATA NASCIMENTO  
21/04/1961

FILIAÇÃO  
ANTONIO CARDOSO DE ALMEIDA  
MARIA SOARES DE ALMEIDA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT HAB  
D

Nº REGISTRO  
04037742303

VALIDADE  
19/09/2018

1ª HABILITAÇÃO  
10/12/1991

OBSERVAÇÕES  
A  
APTO PARA TRANSPORTE REMUNERADO

*por milton cardoso de Almeida*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
TERESINA

DATA DE EMISSÃO  
23/12/2015

56908505850  
PI316607444

ARÃO MARTINS DO REGO LOPES  
DIRETOR GERAL DO DEPTAN. D.  
ASSINATURA DO TITULAR

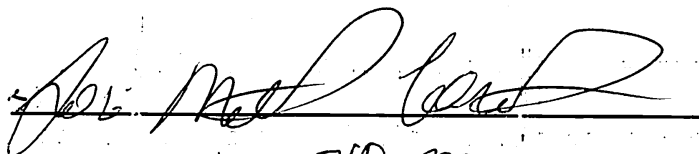
DEPTAN. PI (TERESINA)

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
21 JUN. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Ter - Nor - CEP: 64.000-000

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>José Milton Cardoso de Almeida</u>		
Brasileiro (a)	<u>Casado</u>	<u>Vigilante</u>
RG nº: <u>1503329-55P-PI</u>	CPF/MF nº: <u>423.760.833-53</u>	
Endereço: <u>Rovendo Mucum - Zona Rural Teresina - Piauí</u>		
CEP: <u>64060-890</u>		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>R\$ 88,00 (oitenta e oito reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexados a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 07 de junho de 2019.

  
 (CPF 423.760.833-53)



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

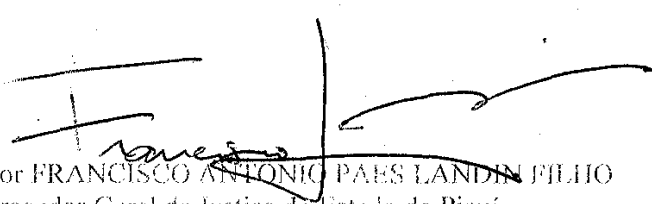
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí



TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título...: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDIAMENTO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fonê: (86) 2107-5800



Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.



**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

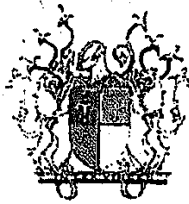
**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:



## **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

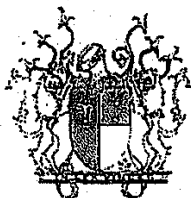
(...)

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

### **- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

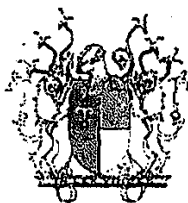
"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

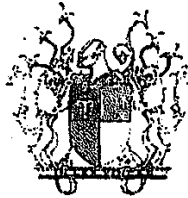
Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, an 01.05.2013

Após o recebimento  
Parecer, da Comissão  
Técnica de Acompanhamento  
do Trabalho, para  
atendimento - que se to  
matemática, para os  
os fins de direito.



## Clínica Ortopédica Buenos Aires

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires  
Fones: (86) 3214-1600 • CEP 64.009-330 • Teresina-Piauí  
E-mail: clinicacob@hotmail.com

Sr(a). JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA

DR. ALUÍSIO ARCOVERDE  
CRM-PI 2463

DR. ALMIR FILHO  
CRM-PI 2972

DR. DANILO MILHOLI CHAGAS  
CRM-PI 4437

DR. EDMAR JÚNIOR  
CRM-PI 2313

DR. GIOVANNI SILVA  
CRM-PI 1729

DR. FERDINAND FREITAS  
CRM-PI 3096

DR. ROCELDO ANTONIO  
CRM-PI 3531

ACIDENTE DE TRANSITO DIA 03 /03 /2018  
BO 100255.000301/2018-23HD FRAT DE ACETABULC  
OSTEOSSINTESE DIA 09 /03 /2018  
HD FRAT 4 MTC D COM OSTEOSSINTESE  
DIA 03 /03 /2018  
EF=DOR LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM MAO D  
+ QUADRIL D (4MTF D FLEXAO DE 45 GRAUS )  
(QUADRIL D COM FLEXAO DE 65 GRAUS +AD DE  
15 GRAUS + AB DE 30 GRAUS )  
FORÇA MUSCULAR GRAU III EM MID

RX MAO D + BACIA = FRAT 4 MTC D + FRAT DE ACE

RELATORIO DE ALTA MEDICA DEFINITIVA  
COM PERDA DE 50 % EM MAO D ( 4 MTF D )  
+50 % EM QUADRIL D

Teresina 03 de Outubro de 2018

Dr. Edmar S. L. Junior  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PI 2313 / CRM-M 3231

Dr. Edmar de S Lima Junior  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 2313-PI

**COB Clinica Ortopedica Buenos Aires**      **Emissão: 25/07/2018 15:25 USU**

**COB** **Clinica Ortopédica Buenos Aires**  
Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires  
Teresina-PI 64.009-330  
Telefones: 86 3214-1600  
Fones: (86) 3214-1600 • CEP 64.009-330 • Teresina-Piauí  
E-mail: clinicacob@hotmail.com

**\*\*\* IMPRESSÃO DO ATENDIMENTO \*\*\***

**Paciente: 052586 JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA Conv.: PARTICULA Idade:**

**Data: 25/07/2018 14:15**

**CID 10: T912 SEQUELAS DE OUTR FRAT DO TORAX E DA PELVE**

**QUEIXA PRINCIPAL**

**ACIDENTE DE TRANSITO DIA 03 /03 /2018**  
**BO 100255.000301/2018-23**

**H. D. ATUAL**

**HD FRAT DE ACETABULO D COM**  
**OSTEOSSINTESE DIA 03 /03 /2018**  
**HD FRAT MTC D COM OSTEOSSINTESE**  
**DIA 03 /03 /2018**

**EXAME GERAL**

**DOR LIMITACAO FUNCIONAL EM MAO D**  
**+ QUADRIL D**  
**FORÇA MUSCULAR GRAU III EM MID**

**EXAME COMPLEMENTAR**

**RX MAO D + BACIA**  
**FRAT 4 MTC D + FRAT DE ACETABULO D**

**DIAGNOSTICO E TRATAMENTO**

**RELATORIO DE ALTA MEDICA DEFINITIVA**  
**COM PERDA DE 90 %**

DR. FERDINAND FREITAS  
CRM-PI 3096

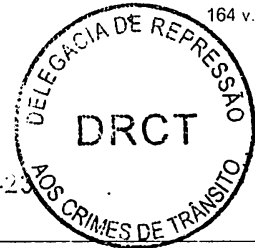
DR. ROCELDO ANTONIO  
CRM-PI 3531

25/07/2018

Dr. Edmar S. L. Junior  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PI 2313 / CRM-MA 3294



Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



164 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100250.000301/2018-23

Unidade de Registro: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Resp. pelo Registro: Haroldo Bonfim De Oliveira

Data/Hora: 18/06/2018 - 10:00

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. MISTER MELÃO, Nº:

Complemento

45 22 10

Data/Hora:

03/03/2018 - 07:20

Bairro

ALTO DA RESSURREIÇÃO

Ponto de Referência

CEMITÉRIO

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JOSÉ MILTON CARDOSO DE ALMEIDA

RG: 1103329 PI

Mãe: MARIA SOARES DE ALMEIDA

Pai: ANTONIO CARDOSO DE ALMEIDA

Endereço: POVOADO MUIM, BR 343, Nº

Bairro: POVOADO

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Notificante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

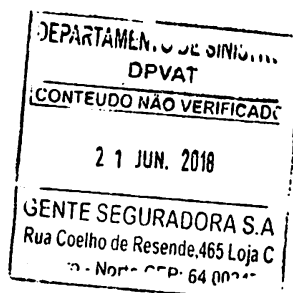
1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

À VÍTIMA NOTIFICANTE, JOSÉ MILTON CARDOSO DE ALMEIDA, RELATA QUE TRAFEGAVA NA AV. MISTER MELÃO, BAIRRO ALTO DA RESSURREIÇÃO, SENTIDO OESTE LESTE, NA MOTOCICLETA YAMAHA FACTOR YBR 125 K, COR ROXA, PLACA NIP-3709 TERESINA PI, CHASSI 9C6KE1220A0095027, PROPRIEDADE DE MANOEL MESSIAS DA SILVA SOUSA; QUANDO FOI FECHADO POR UM AUTOMÓVEL DE MARCA, PLACA E CONDUTOR NÃO IDENTIFICADO, QUE TRAFEGAVA NA MESMA VIS E MESMO SENTIDO; QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA PELA AMBULÂNCIA DO SAMU, Nº DE CHAMADA 356 E CONDUZIDA PARA HUT "HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA" CONFORME PRONTUÁRIO MÉDICO Nº 469690.

Cláudio Costa De Sousa - Mat. 1085166  
AGENTE DE POLÍCIA

JOSÉ MILTON CARDOSO DE ALMEIDA - Notificante  
Responsável pela Informação



Delegado de Polícia

Dados do Chamado	01 Nº do chamado	02 Data do chamado	03 PROTOCOLO	04 Sessão PA	05 Chegada ao local
	06 Saida do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saida do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro	12 Município-UF	Código BGE	
	13 Ponto de referência				
Dados do Paciente	14 Nome			15 Sexo	
	16 Idade			17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?	
Tipo de ocorrência	18 Tipo de ocorrência				
	19 Vítima				
Acidentes de Transporte	20 Meio de locomoção		21 Outra parte envolvida		22 Equipamentos de segurança
	23 Glasgow		24 Sinais vitais		25 Local da lesão
Exame Físico	26 Pupilas		27 Pulso		28 Sangramento
	29 Dor		30 Fratura		31 Procedimentos realizados
Assistência	32 Hospital de Destino		33 Condições de entrada		34 Óbito
	Observações Interdisciplinar				
Assinaturas e Rubricas					



## Declaração do proprietário do veículo

Eu, MANOEL MESSIAS DA SILVA SOUSA

RG nº 1674142, data de expedição 14/03/96.

Órgão SSP-PE, portador do CPF nº.

636.956.193-53, com domicílio na cidade.

De TERESINA no Estado de PERNAMBUCO

Onde resido na (Rua / Avenida / Estrada)

Rua: GOUXÃO

nº 1161 complemento PEDRA MOLE

Declaro, sob as penas da lei, que o veículo abaixo mencionado é ( era ) de

Minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

JOSÉ MILTON CORDEIRO DE ALMEIDA o condutor

Era JOSÉ MILTON CORDEIRO DE ALMEIDA

Veículo: MOTO

Modelo: YAMAHA / FACTOR YBR 125 K

Ano: 2009

Placa: NIP-3709

Chassi: 9C6KGJ220A0096027

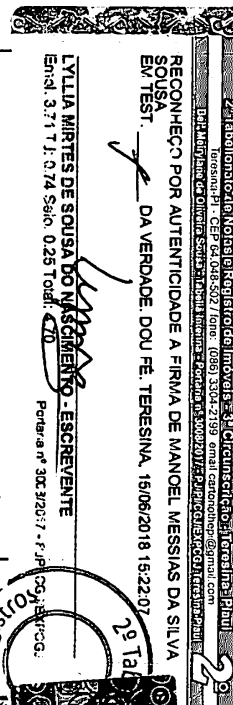
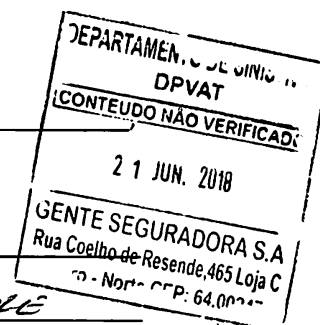
Data do acidente: 03.03.2018

Local e Data: TERESINA 15 JUNHO 2018

Manoel Messias da Silva Sousa

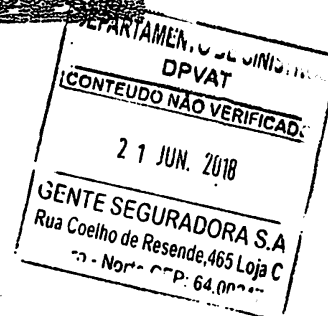
Assinatura do Declarante

Assinatura do condutor (caso seja um terceiro que não a vítima Reclamante do sinistro)





HOSPITAL  
DE URGÊNCIA  
DE TERESOPOLIS



NOME DO PACIENTE:

JOSE MARCOS CAUNOES

NÚMERO DO PRONTUÁRIO:

469690

DE ALMOON

**SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME**  
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
À SUA UTILIZAÇÃO".

Endereço: C. Albas dos Santos  
Matrícula: 70758  
SAME-HUT  
Compare com Original



# HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 03/03/2018 08:25:03

(KARLA CARVALHO)

## FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

### DADOS DO PACIENTE:

Nome: JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA		Prontuário: 469690
Mãe: MARIA SOARES DE ALMEIDA	Pai: ANTONIO CARDOSO DE ALMEIDA	
End. Resid.: POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: 64069-990		
Nascimento: 21/04/1961	Idade: 56a:11m:10d	Sexo: Masculino Fone: 86-99810-2424
Responsável: O MESMO	CNS:	
Profissão: VIGILANTE	Documento:	
G. Instrução: N3C Informado	E. Civil: Casado(a)	
End. Local: - - -		

### DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 653454	Data: 03/03/2018 08:19:04	Clas. Cor: Laranja
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S

### DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação: 03/03/18	ESPECIALISTA: Ortopedia
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: Paciente sofreu acidente de trânsito com trauma de M.O. M.O. R. - Antebraço - luxação impotente e fratura de quadril com Osteólise	
cd: Encaminhado ao Centro Cirúrgico após liberação do Serviço Geral e Neurocirurgia	
Marcos Vitor P de Carvalho Farias Traumatologia Ortopédica CRM-PI 4752 TEOT 12501 Carimbo/Assinatura Solicitante	
DADOS DO PARECER: Data/Hora: 03/03/2018 12:50	
Paciente internado em UTI com diagnóstico de fratura de quadril com osteólise e fratura de antebraço com osteólise. Paciente com trauma de M.O. M.O. R. - Antebraço - luxação impotente e fratura de quadril com Osteólise. Paciente com trauma de M.O. M.O. R. - Antebraço - luxação impotente e fratura de quadril com Osteólise.	
Gil Heider dos Santos Fonseca Doenças do Aparelho Digestivo CRM-PI 4752 TEOT 12501 Carimbo/Assinatura Prof. Parecer	

### DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação: / /	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	
DEPARTAMENTO DE CLÍNICA ... DPVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO 21 JUN. 2018 GENTE SEGURADORA S.A. Rua Coelho de Resende 465 Loja C N.º - N.º - CPF 64.000.000-00	
Carimbo/Assinatura Solicitante	
DADOS DO PARECER: Data/Hora: / /	
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer	

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Manoel Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

GRG. GERAL OK  
ORTOPEDIA OK  
~~NEUROLOGIA~~ OK

Imp: 03/03/2018 08:24:47

(User: KARLA CARVALHO)  
(Estação: ACC01)

## BOLETIM DE ENTRADA - BE

### DADOS DO PACIENTE:

Nome:	JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA	Prontuário:	469690
Mãe:	MARIA SOARES DE ALMEIDA	Pai:	ANTONIO CARDOSO DE ALMEIDA
End.Resid.:	POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: 64069-990		
Nascimento:	27/06/1961	Idade:	56a:11m:10d
Responsável:	O MESMO	Sexo:	Masculino
Profissão:	VIGILANTE	Fone:	86-99810-2424
G. Instrução:	Não Informado	CNS:	
End.Local.:		Documento:	
		E.Civil:	Casado(a)

### DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	653454	Data:	03/03/2018 08:19:04	Condução:	AMBULÂNCIA DO SAMU
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			Convênio:	S U S
Acid.Trab.:	Sim	Acid.Trateto:	Sim	Acid.Trab. Típico:	Não
				CID Secundário:	V299

### DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma:	Evento Principal:	Destino:	Classificação:
TRAUMA ABERTO	Dor intensa	GERAL	Laranja
Breve História:	Profissional Clas. Risco:		
Paciente vítima de acidente de trânsito por motocicleta. Consciente e orientado, sem alterações de nível de consciência.		KARLA MURIEL RIBEIRO CARVALHO	
TC e RX de LWS e ALK NCL		COREN - 166755 PI	
		Em: 03/03/2018 08:24:46	

### DADOS CLÍNICOS: (Hora: 8:30)

Paciente vítima de acidente de automobilista, consciente, orientado, nas áreas pedais, com uso de colar cervical, em prancha rígida; NV presentes bilateral, BNF 2T sem papos, abdome indolor a palpação; SatO<sub>2</sub> = 99%, Glasgow 15, pupilas fotoneagentes, isocócoras, reacionais em MMSS. Apresenta fortes dores em quadril.

HUT DR. ZENON ROCHA

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

PA	K	mmHg	Pul	DATA	RAIO-X REALIZADO
				03/03/2018	DATA 3 mp 13/2018
					Técnico: [assinatura]

### CONDUÇÃO MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES

Paracetamol 100 mg + 8F0 9% 100ml, agora, EV  
Rx de pelve, Rx torax, Rx de mão D, Rx de perna D,  
Rx de punho D.

### MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

DATA:	HORA:	Se Internação Indique o Motivo de Encerramento e a Data da Alta
		Procedimento

Assinatura Paciente ou Responsável: [assinatura]  
Assinatura - Profissional Médico: [assinatura]  
Dr. Gustavo Soares  
MÉDICO  
CRM-PI 6978

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 59039
	AIH: 2218100135823

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS 702805657138264	NOME DO PACIENTE JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA	NASCIMENTO 21/04/1961	SEXO M	PRONTUÁRIO 469690
DOCUMENTO CPF 1103329	TELEFONE 8698102424	NOME DA MÃE MARIA SOARES DE ALMEIDA	RESPONSÁVEL O MESMO	
CEP 64000000	ENDEREÇO - LOGRADOURO			NUMERO / LOTE S/N
BAIRRO ZONA RURAL	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

### LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS  
FRATURA DE ACETABULO D - FRATURAS DA MÃO D

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO  
TRATAMENTO CIRURGICO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)  
EXAMES CLÍNICOS + RAIO X

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL  
S324 - FRATURA DO ACETABULO

CID 10 SECUNDARIO

CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO  
0415030013 - TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO

LEITO/CLÍNICA  
ORTOREDIATRAUMATOLOGIA

PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

CARÁTER  
URGÊNCIA

DATA SOLICITAÇÃO  
03/03/2018

LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA  
CPF: 74663593372

CRM:

DATA ADMISSÃO  
03/03/2018 15:00

DATA ALTA  
09/03/2018 10:00

MOTIVO ALTA  
PERMANENCIA POR REOPERACAO

### CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

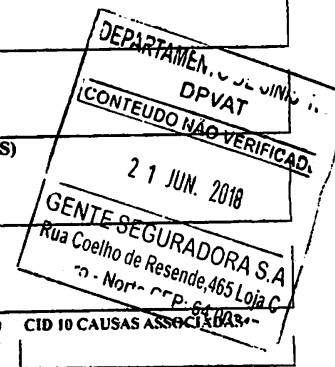
TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO

### AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO AUDITORIA
HENRIQUE ALMEIDA FILHO CPF: 05500931334	LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA CPF: 74663593372
CRM:	CRM:
DATA ANALISE: 20-03-2018 17:51:45	DATA ANALISE:

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:



NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	CLÍNICA	ENF. QUAD	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
José Milton Cardoso de Almeida		1100	Ortopédica	936	21	
DATA/HORA	CÓDIGO	PREScrição Médica				
03						
03						
10						
1 DIETA ORAL LIVRE APÓS EFEITO ANESTÉSICO						
2 SF 0,9% 1000 ml EV AO DIA						
3 RANITIDINA 50mg - 1 AMP + AD EV 8/H						
4 CEFALOTINA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6 H						
5 DIPIRONA 1G - 1 AMP + AD EV 6/6 H						
6 TILATIL 20mg - 1 AMP + AD EV 12/12H						
7 TRAMAL 100MG - 1 AMP + 100ML SF 0,9% 8/8H SN						
8 CURATIVO						
9 PRESCRIÇÃO MÉDICA						
<p>Dr. Ricardo Valente</p> <p>Ortopedia - Traumatologia</p> <p>CRP 1100</p>						
RAIO-X REALIZADO						
DATA 05/03/2018						
Técnico: [assinatura]						
OBSERVAÇÕES						
<p>15:20 Admitido na clínica ortopédica em 105 de pat de metacarpo. Condição orientada, físico, medicamentoso. Não há medicação no local. Infammar a medicação de uso contínuo.</p> <p>Dr. Quirica, de de dor intenso em F.U. antecipa analgésico por via. PA: 155/84mmHg; P: 63bpm; T: 36,9; PO: 100/100mmHg; P: 117bpm; T: 36,4. Póise</p>						

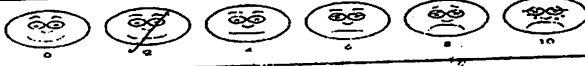
**SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA**

NOME Jose Milton Cardoso de Almeida IDADE      anos DATA 03/05/2018  
 HORA DE ADMISSÃO 12 hs 40 min TIPO DE ANESTESIA ☒ GERAL ☐ RAQUE ☐ BLOQUEIO ☐ PERIDURAL ☐ SEDACÃO  
 CIRURGIA REALIZADA Politraumatizado (Braço e perna) CIRURGIÃO Colares

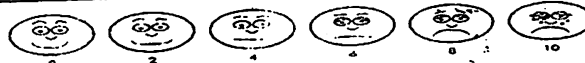
SINAIS VITAIS	ADMISSÃO	SAÍDA
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	<u>90/50</u>	<u>163 x 87</u>
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	<u>61</u>	<u>60</u>
SATURACÃO DE O <sub>2</sub> (%)	<u>98</u>	<u>100%</u>
TEMPERATURA AXILAR (°C)		
REQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)		

NOME/ MATRÍCULA	ADMISSÃO	SAÍDA
<u>Orlene</u>		
<b>ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK</b>		
<b>ATIVIDADE MUSCULAR</b>	2	2
Movimenta os quatro membros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Movimenta dois membros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>RESPIRAÇÃO</b>	2	2
É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem apnéia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>CIRCULAÇÃO</b>	2	2
PA em 20% do nível pré-anestésico	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PA em 20-49% do nível anestésico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PA em 50% do nível pré-anestésico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>CONSCIÊNCIA</b>	2	2
Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desperta, se solicitado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não responde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>SATURACÃO O<sub>2</sub></b>	2	2
É capaz de manter saturação de O <sub>2</sub> maior de 92% respirando em ar ambiente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Necessita de O <sub>2</sub> para manter saturação maior que 90%	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apresenta saturação de O <sub>2</sub> menor que 90%, mesmo com suplemento de O <sub>2</sub>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ESCALA DE DOR ADMISSÃO



ESCALA DE DOR ALTA



TOTAL

ASS.

COLOSTOMIA Sonda ( ) NASOG ( ) NASOE

( ) Sonda Vesical	( ) Dreno de Sucção	( ) Dreno Torácico	( ) DVE
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM: A 2:40h Admitido na RPA no POS de natureza braço e perna. Sob  
custo de monitoria quel. Sonolento. Estável hemodinamicamente.  
Colares Chego R4440

14h - Alta, recuperado.

Valéria Freire Cordeiro  
 Enfermeira  
 RPP-1111-1111111111

Valéria Freire Cordeiro  
 Enfermeira  
 RPP-1111-1111111111

Valéria Freire Cordeiro  
 Enfermeira  
 RPP-1111-1111111111

PRESCRIÇÃO MÉDICA Dr. Jairo ALTA SRPA  
 HORÁRIO ANESTESIOLOG

ENCAMINHAMENTO [ ] EXTERNO [ ] SALA DE GESSO [ ] IMAGENS E GRÁFICOS [ ]  
 POSTO: [ ] 1 [ ] 2 [ ] 3 [ ] EMERGÊNCIA PED. UTI: [ ] PED [ ] NEURO [ ] GERAL [ ] 4 [ ] QUEIM. CLÍNICA: [ ] PED [ ] ORT [ ] NEU [ ] CIR [ ]



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fis. Nº \_\_\_\_\_

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 03 / 03 / 18

NOME DO PACIENTE: <u>Yori Milton Cardoso de Almeida</u>	PRONTUÁRIO Nº: <u>469690</u>
DIAGNÓSTICO: <u>Gravidez</u>	CIRURGIA:
ANESTESIA: <u>Genel</u>	Nº DA SALA: <u>05</u>
CIRURGIÃO: <u>Dr. Ricardo</u>	CPF Nº:
AUXILIAR: <u>Acad.</u>	CPF Nº:
ANESTESIA: <u>Dr. Fabiano</u>	CPF Nº:
INSTRUMENTADORA: <u>Jana</u>	CPF Nº:

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	03		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	/		LUVA Nº 6.5	PAR	03	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº 8.0	PAR	04	
AGULHA RAQUE	UNID.			LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	10	
ALCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	-	
ALGODÃO	BOLA	03		PVPI TÓPICO	ML	-	
ÁGUA OXIGENADA	ML	100		PVPI TINTURA	ML	-	
COMPRESSA	PAC.	06		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO- GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	02	
ESPARADRAPO	CM	20		SERINGA 5CC	UNID.	02	
ÊSCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	04	
GASES	PAC.	08		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.			Curpon	06		
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA Exames 03			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				Eletródos 05			
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.				Atadura oxidada de 10			
CAT. GUT. CROMADO C/AG				Agodão ortopédico 03			
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON 3.0	111						
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA: C.C			
VICRYL				CIRCULANTE: Loayana			
PROLENE							



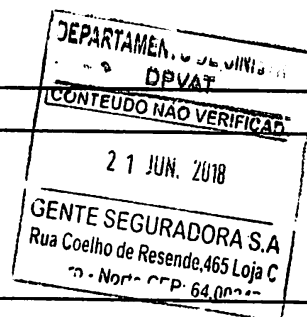


FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFº ZENON ROCHA  
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

## CENTRO CIRÚRGICO

Nome do Paciente <i>José Milton Caporozo de Almeida</i>		
Diagnóstico pré-operatório <i>fratura do 5º dedo da mão direita</i>		
Operação - Tipo <i>reparo do ligamento</i>		
Cirurgião <i>Dr. Ricardo</i>	1º Assistente	
2º Assistente	3º Assistente	
Instrumentador <i>Guilherme</i>	Dr. Ricardo Valença Ortopedia - Traumatologia CRM: 3766 - RBO 11305	Dr. Fabiano
Anestésico(a)		Anestesia <i>Geral</i>
Data da Operação <i>03.03.18</i>	Início	Fim
Diagnóstico pré-operatório		
Relatório Imediato do Patologista		
Acidente Durante a Operação		



## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

*fratura do 5º dedo da mão direita  
artroscopia - reparo do ligamento  
reparo do ligamento do 5º dedo da  
mão direita - fratura do 5º dedo da  
mão direita - reparo do ligamento  
do 5º dedo da mão direita*

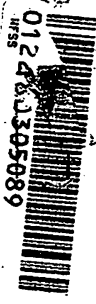
Dr. Ricardo Valença  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM: 3766 - RBO: 11305

Dr. Valério Alves de Sá  
Médico - RBO: 11305  
RBO: 11305

JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA		469690	56	Ortopédia	236	EXT. 2	OBSERVAÇÕES	
DATA / ATUAÇÃO CODIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA				HORÁRIOS			
09/03/2018	FRAT MTC, FRAT. ACETABULO						15:55 Ferimento em 1001 entorse. enf. Medica	
1	Dietas oral livre						curacao 500.35	
2	Jeico salinizado						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
3	Ranitidina 50mg _ 01 amp + AD EV 8/8hs						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
4	Keflin 1g 1amp + AD EV 6/6h						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
5	Dipirona _ 01 amp + AD EV 6/6hs						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
6	Tilatil 20mg _ 01 amp + AD EV 12/12hs						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
7	Tramadol 100mg _ 01amp + SF 0,9% 100ml EV 12/12hs S/V						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
8	Plasil _ 01 amp + AD EV 8/8h S/V						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
9	Liquemine 5000UI _ 0,25ml SC 12/12hs						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
10	Curativos diários						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
11	Cuidados gerais e sinais vitais						93h segue em repouso no leito, sem altera-	
<p><i>Dr. Ricardo S. Valente / Dr. Paulo H. L. Passos Filho</i> Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia</p> <p>CRM3435-TEOT10029 / CRM7308 / CRM3765-TEOT11395 / CRM3367</p>							<p>RAIO-X REALIZADO DATA 09/03/2018 Téc. 177418</p>	

DEPARTAMENTO DE  
DPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO  
21 JUN. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A.  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
- Norte - CEP 64.000-000

*Dr. Ricardo S. Valente*  
CRM3435-TEOT10029  
CRM7308  
CRM3765-TEOT11395  
CRM3367



## SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA

PNE Jon Milton Anderson de Almeida IDADE 49 anos DATA 09.03 /2018  
 HORÁRIO DE ADMISSÃO 12 hs 00 min TIPO DE ANESTESIA ( ) GERAL ( ) GRAUQUE ( ) BLOQUEIO ( ) PERIDURAL ( ) SEDAÇÃO  
 CIRURGIÁ REALIZADA Físt acetabular D CIRURGIÃO Adriana

SINAIS VITAIS	HORÁRIO	
	ADMISSÃO	SAÍDA
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	<u>67/119</u>	<u>90/61</u>
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	<u>94</u>	<u>72</u>
SATURAÇÃO DE O <sub>2</sub> (%)	<u>96%</u>	<u>98%</u>
TEMPERATURA AXILAR (°C)		
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)		
NOME/ MATRÍCULA	<u>Adriana</u>	<u>Adriana</u>

ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK		ADMISSÃO	SAÍDA
ATIVIDADE MUSCULAR	Movimenta os quatro membros	2	2
	Movimenta dois membros	1	1
	É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	0	0
RESPIRAÇÃO	É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	2	2
	Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	1	1
	Tem apnéia	0	0
CIRCULAÇÃO	PA em 20% do nível pré-anestésico	2	2
	PA em 20-49% do nível anestésico	1	1
	PA em 50% do nível pré-anestésico	0	0
CONSCIÊNCIA	Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	2	2
	Desperta, se solicitado	1	1
	Não responde	0	0
SATURAÇÃO O <sub>2</sub>	É capaz de manter saturação de O <sub>2</sub> maior de 92% respirando em ar ambiente	2	2
	Necessita de O <sub>2</sub> para manter saturação maior que 90%	1	1
	Apresenta saturação de O <sub>2</sub> menor que 90%, mesmo com suplemento de O <sub>2</sub>	0	0

ESCALA DE DOR ADMISSÃO

ESCALA DE DOR ALTA

( ) Sonda Vesical	( ) Dreno de Sucção	( ) Dreno Torácico	( ) DVE	( ) Colostomia	Sonda ( ) Nasog ( ) Nasoe
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL		

## EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

12:00 Admitido no SRPA em POF de 1100 cm, peso 70 kg, fístula acetabular D, sob efeito de analgésico. Condição clínica, respiração com 96% de sat O<sub>2</sub>, fístula respi- meira a.a. Vise hemotransfusão de 100 ml.

12:45 Hemotransfusão em andamento.  
 14:40 - segue estável, sem queixas. 16:00 - fístula de SRPA.

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ALTA SRPA

ENCAMINHAMENTO ( ) EXTERNO ( ) SALA DE GESSO ( ) IMAGENS E GRÁFICOS ( )

POSTO: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) EMERGÊNCIA PED. UTI: ( ) PED ( ) NEURO ( ) GERAL ( ) 4 ( ) QUEIL. CLÍNICA: ( ) PED ( ) JORT ( ) NEU ( ) CIR ( )



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Nº LAUDO: 61004 AIH: 2218100155623
---	---------------------------------------

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	CNES
HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	5828856

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	PRONTUÁRIO	SEXO
702805657138264	JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA	21/04/1961	469690	M
DOCUMENTO RG	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL	
1103329	8698102424	MARIA SOARES DE ALMEIDA	O MESMO	
CEP	ENDEREÇO (LOGRADOURO)			NUMERO / LOTE
64000000	POVOADO MUCUIM			S/N
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO		
ZONA RURAL		TERESINA		

### PROCEDIMENTO PRINCIPAL

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	CÓD. PROCEDIMENTO PRINCIPAL
TRATAMENTO CIRURGICO DE ASSOCIACAO FRATURA LUXACAO FRATURALUXACAO DISJUNCAO DO ANEL PELVICO	0408040254

### MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR	CÓDIGO		
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LUXACAO COXOFEMORAL C FRATURA DA EPIFISE FEMORAL	0408040289		
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA	CÓDIGO		
TRATAMENTO CIRURGICO DE ASSOCIACAO FRATURA LUXACAO FRATURALUXACAO DISJUNCAO DO ANEL PELVICO	0408040254		
DIAGNÓSTICO INICIAL	CID 10 PRINCIPAL	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
FRATURA DO ACETABULO	S324		

### SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

### JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO, COM FRATURA DE ACETABULO

### PROFISSIONAL SOLICITANTE

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE  
MARCOS AURELIO PEREIRA DE ARAUJO VARANDA

ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

CNS SOLICITANTE  
201560410270004

DATA SOLICITAÇÃO  
12/04/2018

### AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR  
MARCONDES MARTINS SANTOS MOURA

ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

CNS AUTORIZADOR ORGÃO EMISSOR DATA AUTORIZAÇÃO  
170263951200001 12/04/2018 16:42:21

DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA  
OPVAT  
CONTEUDO NÃO VERIFICADO.  
21 JUN. 2018  
GENTE SEGURADORA S.A  
Rua Coelho de Resende, 465 Loja C  
Nº - Nota - CEP 64.100-000

Alves dos Santos  
Matricula: 70958  
SAME-HUT  
Carimbo com Original



210037

No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO  
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	2-CNES <b>5828856</b>	Código d Internaç
3-Nome do estabelecimento executante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	4-CNES <b>5828856</b>	<b>2100</b>

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: <b>JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA</b>	6 - Prontuário: <b>469690</b>		
7-CNS: <b>702805657138264</b>	8-Nascimento: <b>21/04/1961</b>	9-Sexo: <b>Masculino</b>	
11-Mãe: <b>MARIA SOARES DE ALMEIDA</b>	12-Fone: <b>86-99810-24</b>		
13-Resp: <b>(O MESMO)</b>	14-Cor: <b>Sem Informa</b>		
15-End: <b>POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - CEP: 64069-990</b>	17-Cod.IBGE: <b>221100</b>	18-UF: <b>PI</b>	19-CEP: <b>64069-990</b>
16-Munic: <b>TERESINA</b>			

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos: <b>- Dor e deformidade de de quadril</b>	21 - Condições que justificam a internação: <b>CONTEUDO NÃO VERIFICAD.</b> <b>21 JUN. 2018</b>	OPME impiedosa com colugo d MP
22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resumo de exames realizados): <b>Rua-Coelho de Resende, 465 Loja C</b> <b>24 - CID Prim: S324</b>	23-Diagnóstico Inicial: <b>Fratura do acetábulo</b>	25-CID Sec.: <b>MP 0108040289-32</b>

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: <b>0408040289</b>	27-Procedimento Solicitado: <b>TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LUXAÇÃO COXOFEMORAL C/ FRATURA DA EPÍFISE FEMORAL</b>		
29-Clinica: <b>02</b>	30-Caráter: Ident.: <b>01</b>	31-Docum.: <b>CPF</b>	32-Doc. Méd. Solic.: <b>746.635.933-72</b>
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: <b>LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA</b>	34-Data Solicitação: <b>09/03/2018</b>	35-Ass.Carimbo: Med. Soc.	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36-( ) Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No. Bilhete:
37-( ) Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:
38-( ) Acidente Trabalho Trajeto		
45 - Vínculo com a Previdência: ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segur		

## AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: <b>16/04/18</b>
48-Documento: ( ) CNS ( ) CPF	49-Num. Documento:
51 - Assinatura Paciente ou Responsável: <b>Jose Milton Cardoso de Almeida</b>	Usuário: (FERNANDA) Consulta Local: 65345 Consulta SUS: Impressão: 13/03/2018 1



RELATÓRIO DE OPERAÇÃO  
centro cirurgico

Nome do Paciente		Jose Milton Soares de Aguiar	
Diagnóstico pré-operatório		Tumor de Atm. (D) Tumor comutua	
Operação - Tipo		RAH posterior	
Cirurgião	1º Assistente	1º Assistente	
2º Assistente	3º Assistente	3º Assistente	
Instrumentador(a)	Anestesista	Anestesista	
Data da Operação		09.03.18	
Início		Fim	
Diagnóstico Pós-operatório			

Relatório imediato do Patologista  
Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO  
(Técnica, Ligadura, Sutura, Drenagem, Fechamento)

\* PACIENTE COM DEFICIT DE CAPNOC PRVIA AO

PROCEDIMENTO, NOVAMENTE APTOS NA MISTURA

POSTERIOR K-L (5) VENTILADO COM N. OXIGENIO COMUM

EXAMINADO (6) PERMANECENDO ABERTA + FICOU 2 PM

TRANSFUSÃO V.S. (7) OUTRO DE FICAR (8) SEM



## FOLHA DE ANESTESIA

UNIDADE DE SAÚDE

HUT



NOME DO PACIENTE		Nº DE REGISTRO				
DATA	P. ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÜÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA
EXAMES DE URINA						
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA						
SISTEMA CIRCULATÓRIO				ELETROCARDIOGRAMA		
SISTEMA RESPIRATÓRIO				ASMA		BRONquite
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO		
ESTADO MENTAL				CORTICOIDES	ATARAXICOS	OUTROS
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				FÍSICO		
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO ÀS	EFEITOS	
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO	TOTAL DE DOSES			
		1	DEPARTAMENTO DE ANESTESIA			
		2	DPVAT			
		3	CONTUDO NÃO VERIFICADO			
LÍQUIDOS		SO-UTO	21 JUN. 2018			
		SANGUE	AGENTE SEGURADORA S.A			
		OUTROS	Rita Coelho de Resende, 465 Loja 8			
TEMPERATURA		280	No. 000.000.000			
T		240	SEQUÊNCIA			
P. ARTERIAL		2	Dipnóico			
V C		200	Dipnóico			
PULSO		180	Dipnóico			
		160	Dipnóico			
		140	Dipnóico			
INÍCIO E FIM ANESTESIA		120	Dipnóico			
X		100	Dipnóico			
		80	Dipnóico			
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO		60	Dipnóico			
		40	Dipnóico			
RESPIRAÇÃO		20	Dipnóico			
O		10	Dipnóico			
SIMBOLOS		0	DIPNÓICO			
TÉCNICAS		DIPNÓICO				
OPERAÇÕES		DIPNÓICO				
CIRURGIAS		DIPNÓICO				
ANESTESISTAS		DIPNÓICO				
Dr. Leonardo Raulino Filho		Dr. Leonardo Raulino Filho				
Médico Anestesiologista		Médico Anestesiologista				
CRM/PI 474 CPF: 064.99.174-00		CRM/PI 474 CPF: 064.99.174-00				
PARTICULARIDADES		PARTICULARIDADES				

MOD 76 - H.U.T



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

**FMS**

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 09/03/18

NOME DO PACIENTE:	Jose Milton Cardoso da Silva	PRONTUÁRIO Nº	
DIAGNÓSTICO:	FRAT. ALN. BULO @	CIRURGIA:	PLAST. VUL. POST. PENOR
ANESTESIA:		Nº DA	LAOTSE Frontiers
CIRURGIÃO:	LAOTSE	CPF Nº	12.007.10396
AUXILIAR:	WILSON	CPF Nº	12.007.10396
ANESTESIA:		CPF Nº	12.007.10396
INSTRUMENTADORA:	marceli gomes	CPF Nº	12.007.10396

## MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI 24	UNID.	02	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº 7.15	PAR	03	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº 7.10	PAR	03	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	05	
ALCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	200	
ALGODÃO	BOLA	02		PVPI TÓPICO	ML	50	
ÁGUA OXIGENADA	ML	100		PVPI TINTURA	ML	1	
COMPRESSA	PAC.	06		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	80		SERINGA 5CC	UNID.	02	
ESCÁLPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	03	
GASES	PAC.	05		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº 18	UNID.	01		Cateter Ocular	UNID.	01	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				Exemp	UNID.	03	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALCOFIL							
MONONYLON	0	03					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL	0	03		CIRCULANTE:	Benedict		
PROLENE							

MOD - 094



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**  
 Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA** (Prontuário: 469690)  
 Endereço: POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990  
 Nascimento: 21/04/1961 Idade: 57a:1m:11d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 209390  
 Requisição: 820420 Solicitação: 09/03/2018 Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA  
 Controle: 1015605 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P14 ENFERMARIA 236 EXTRA 001

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060095

Data Exame: 09/03/2018

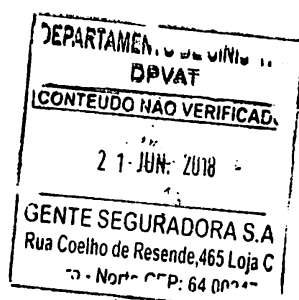
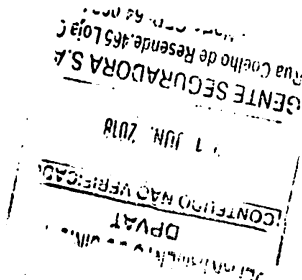
### BACIA PA

O estudo radiológico da bacia foi realizado na incidência em PA.  
 Os seguintes aspectos observados:

- Controle pós-operatório.
- Fraturas alinhadas, com fixação metálica, no ilíaco e ísquio direitos.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 02/05/2018



**VERA LUCIA RIOS ARAUJO**  
 CPF: 227.528.623-34 CRM - 1727  
 Profissional Responsável

*Assinatura*  
 Altes dos Santos  
 Matrícula: 70758  
 SAME-HUT  
 Fere com Original



# HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Página 1 de 1

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA** (Prontuário: 469690)  
Endereço: POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990  
Nascimento: 21/04/1961 Idade: 56a:11m:15d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 209390  
Requisição: 820136 Solicitação: 08/03/2018 Solicitante: RICARDO SOARES VALENÇA  
Controle: 1015265 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 236 EXTRA 001

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030037

Data Exame: 08/03/2018

### T.C. DE QUADRIL

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais dos quadris de 10 mm de espessura com intervalo de 10 mm.

#### RELATÓRIO:

- FRATURAS COMINUTIVAS NO PUBE, NO ÍSQUIO E NO ACETÁBULO À DIREITA, COM FRAGMENTAÇÕES E DESTACAMENTOS ÓSSEOS.
- HEMATOMA INTRA-ARTICULAR NA REGIÃO FEMORO-ACETABULAR DIREITA.

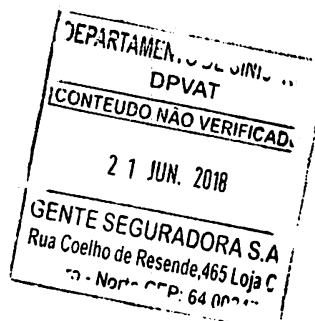
(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 08/03/2018

**WILSONNEY HOLANDA LEAL**

CPF: 373.207.853-15 CRM - PI 2062

Profissional Responsável



Vanderro Alves dos Santos  
Médico - Radiologista  
SAÚDE-HUT  
Conferir com Original



## HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tico 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

### LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA** (Prontuário: 469690)  
Endereço: POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990  
Nascimento: 21/04/1961 Idade: 56a:11m:15d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 209390  
Requisição: 820136 Solicitação: 08/03/2018 Solicitante: RICARDO SOARES VALENÇA  
Controle: 1015265 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P.11 ENFERMARIA 236 EXTRA 001

#### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030037

Data Exame: 08/03/2018

#### T.C. DE QUADRIL

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais dos quadris de 10 mm de espessura com intervalo de 10 mm.

#### RELATÓRIO:

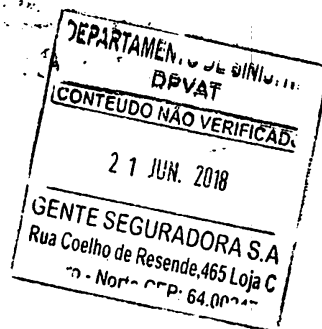
- FRATURAS COMINUTIVAS NO PUBE, NO ÍSQUIO E NO ACETÁBULO À DIREITA, COM FRAGMENTAÇÕES E DESTACAMENTOS ÓSSEOS.
- HEMATOMA INTRA-ARTICULAR NA REGIÃO FEMORO-ACETABULAR DIREITA.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 08/03/2018

**WILSONNEY HOLANDA LEAL**

CPF: 373.207.853-15 CRM - PI 2062  
Profissional Responsável



*[Handwritten Signature]*  
Vanderlei Alves dos Santos  
Márcula: 1086  
SAÚDE-HUT  
Conteúdo com Original



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**  
 Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
 TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

## LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA** (Prontuário: 469690)  
 Endereço: POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990  
 Nascimento: 21/04/1961 Idade: 57a:1m:11d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 209390  
 Requisição: 820420 Solicitação: 09/03/2018 Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA  
 Controle: 1015605 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 236 EXTRA 001

### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060095

Data Exame: 09/03/2018

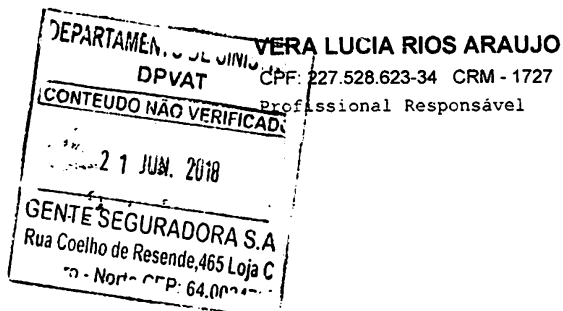
### BACIA PA

O estudo radiológico da bacia foi realizado na incidência em PA.  
 Os seguintes aspectos observados:

- Controle pós-operatório.
- Fraturas alinhadas, com fixação metálica, no ilíaco e ísquio direitos.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

(JOAO ANTON.O)

TERESINA - PI 02/05/2018



Assinatura: *[Assinatura]*  
 LUCAS DOS SANTOS  
 Matrícula: 70758  
 SAME-HUT  
 Carre com Original



## HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Pág: 1 de 1

### LAUDO MÉDICO

Paciente: **JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA** (Prontuário: 469690)  
Endereço: POVOADO MUCUIM - ZONA RURAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990  
Nascimento: 21/04/1961 Idade: 56a:11m:15d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 209390  
Requisição: 820136 Solicitação: 08/03/2018 Solicitante: RICARDO SOARES VALENÇA  
Controle: 1015265 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 236 EXTRA 001

#### RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030037

Data Exame: 08/03/2018

#### T.C. DE QUADRIL

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais dos quadris de 10 mm de espessura com intervalo de 10 mm.

#### RELATÓRIO:

- FRATURAS COMINUTIVAS NO PUBE, NO ÍSQUIO E NO ACETÁBULO À DIREITA, COM FRAGMENTAÇÕES E DESTACAMENTOS ÓSSEOS.
- HEMATOMA INTRA-ARTICULAR NA REGIÃO FEMORO-ACETABULAR DIREITA.

(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 08/03/2018

**WILSONNEY HOLANDA LEAL**

CPF: 373.207.853-15 CRM - PI 2062

Profissional Responsável

*(Assinatura)*  
Vanderleia Alves dos Santos  
Márcia: 1015265  
SAME-HUT  
Corteje com Original

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA

Nº Sinistro: 3180441283

Vítima: JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA

Data do Acidente: 03/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180441283**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13396523

Pag. 01031/01032 - carta\_01 - INVALIDEZ



00020516



Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA

Nº Sinistro: 3180441283

Vítima: JOSE MILTON CARDOSO DE ALMEIDA

Data do Acidente: 03/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

**Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180441283**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **03/03/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

